

ATA DA 8^a REUNIÃO ORDINÁRIA DO PPGHIS DE 2016

Aos quatorze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezesseis, às quinze horas, na sala José Luís Werneck da Silva, no prédio do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, ocorreu, sob a presidência do professor Marcos Luiz Bretas, a oitava Reunião Ordinária deste ano da Comissão Deliberativa do Programa de Pós-graduação em História Social, com a presença dos professores Marcos Bretas, Andréa Daher, Antonio Carlos Jucá de Sampaio, Henrique Gusmão, João Luiz Ribeiro Fragoso, José Augusto Pádua, Luiza Larangeira da Silva Mello, Norma Côrtes, Renato Lemos, Monica Lima, Roberto Guedes, William Martins, Lise Sedrez, Marta Mega, Maria Paula Araújo, Carlos Ziller, Fernando Castro, Murilo Sebe e os representantes discentes Rafael Cunha, Hendie Tavares e Jacques Pinto. Havia também presentes membros da comunidade acadêmica, sem direito a voz ou voto. O professor Marcos Luiz Bretas iniciou os trabalhos da reunião apresentando os pontos da pauta. Ele também alertou que, por problemas técnicos, a lista de presença não pudera ser impressa, e uma lista manuscrita de presença seria circulada. O professor Bretas reforçou o pedido para que os professores comunicassem à coordenação as disciplinas oferecidas de 2017, incluindo título, horário pretendido e uma ementa que possa orientar os alunos. Lembrou também que o período de preenchimento da Plataforma Sucupira se iniciara, a Capes já começou a avaliar os livros de 2015. Os professores devem, portanto, atualizar seus CV na plataforma Lattes, e enviar para a coordenação um pequeno comentário sobre trajetória internacional dos últimos 4 anos, desde 2013, para a composição do relatório para a avaliação quadrianual. Lembrou que a internacionalização é um quesito extremamente importante na avaliação. Na sequência, informou também que montou uma banca de três professores, externos ao programa, para avaliar as teses e dissertações do PPGHIS para o prêmio anual de melhor tese e melhor dissertação. Como em anos anteriores, somente os trabalhos aprovados com louvor são considerados, e elogiou as bancas pela maior parcimônia com que têm atribuído “louvor” aos trabalhos aprovados. O resultado desta banca externa deve ser anunciado até o dia 21 de dezembro. O professor aproveitou para informar que muitos alunos estão demorando muito para entregar seus trabalhos prontos, após a aprovação, e isto traz problemas para o programa. Notou ainda que, devido aos cortes deste ano, o programa não está planejando uma festa de encerramento, mas convidou a todos os presentes para compartilharem de bolo comemorativo de fim de ano ao final desta reunião. O representante discente Jacques Pinto solicitou que o ponto de pauta sobre as quotas na pós-graduação fosse antecipado, no que foi parcialmente atendido, visto que os informes das comissões de seleção de mestrado e doutorado tinham precedência. A representante discente Hendie apresentou relatório sobre a Jornada Discente. Informou que esta edição da Jornada foi de âmbito nacional, com submissões de vários estados brasileiros, e mais de 120 trabalhos enviados, completos. No total, entre 90 a 100 alunos apresentaram. Os alunos manifestaram um agradecimento especial ao professor coordenador Henrique Gusmão, que foi incansável mesmo na situação precária por conta da greve dos trabalhadores técnico-administrativos. Agradeceram a participação de todos os professores, inclusive o professor emérito José Murilo de Carvalho, e notaram que houve uma participação pequena dos laboratórios do Instituto de História. A avaliação final é boa, e houve uma boa troca com alunos de outras universidades. Como é tradicional, serão publicados os anais da jornada. A professora Andrea Daher apresentou o relatório da banca de seleção de doutorado, pedindo especial atenção tendo em vista o novo formato do sistema de seleção. Informou

que o universo de inscritos foi muito pequeno, 51 candidatos, em relação a outros anos. Isto gerou alguns problemas. Houve então uma primeira eliminação, pela análise dos projetos, que não foi enorme, e uma segunda eliminação, bem maior, na prova escrita, uma novidade do formato deste ano. Para obter talvez uma eliminação menor na etapa da prova, a professora Daher sugeriu que talvez uma bibliografia menos extensa deva ser adotada, talvez quatro ou cinco livros, para duas, e não três, questões, abandonando a ideia de uma questão por linha de pesquisa. Para a professora Daher, não se trata de discutir questões mais fáceis ou mais difíceis, mas como tornar mais atraente o processo, e concentrar um pouco mais o foco, para auxiliar o processo de estudo do candidato, aumentando principalmente o universo inicial de inscritos. Ainda sugerindo melhorias para o formato do próximo ano, a professora Daher considerou que a ficha de inscrição deve ser modificada, para que fique claro para a coordenação que candidatos estão dispensados de uma ou mais provas de línguas. Continuando a avaliação do processo de seleção de 2017, a professora Daher informou que as provas de línguas foram desastrosas, embora não reprovem. Isto pode acontecer novamente. Houve dois candidatos reprovados nas duas línguas, e a professora Daher sugeriu que, para inscrição no programa, se possa exigir aprovação imediata em ao menos uma língua. Sugeriu também, que, para os candidatos com projetos de pesquisa em História Antiga ou Medieval, deva ser exigido um domínio instrumental de grego e/ou latim, no lugar de uma das provas de língua estrangeira. Retornando ao relatório do processo de seleção, a professora Daher lembrou que na primeira etapa foram solicitados três pareceres para cada um dos projetos. Para a professora, os pareceres foram bons e bem circunstanciados, consistindo em bom material para subsidiar a decisão da banca. No entanto, é preciso que fique claro no edital o que significam os pedidos de revisão e/vistas. Lembrou que a banca não tem função didática. Nos processos de vistas e revisões, os pareceres continuaram anônimos. As revisões foram feitas com calma, tendo simplesmente lidos os pareceres. Na segunda fase do processo, a prova escrita, a professora Daher informou que houve uma correção complicada. A banca tomou uma decisão política de rever as notas mais baixas, com a discordância do professor Renato Lemos. Segundo a professora Daher, há um problema nesta fase, visto que, garantido o anonimato da prova escrita, a banca não tem como saber quantos pareceres positivos teve cada projeto, e isto dá um peso bastante grande à prova. Como sugestão, a prova poderia passar a ter peso 7, enquanto o projeto teria peso 3, de modo que os pareceres passam a ter um peso mais decisivo na passagem para a próxima fase, a prova oral. Nesta fase da prova oral, segundo a professora Daher, os pareceres foram extremamente úteis. Todos os membros da banca leram todos os projetos e todos os memoriais, também uma novidade neste novo formato, de todos os entrevistados. Foi um processo bastante ágil, em que todos os membros do PPGHIS receberam projetos para avaliar. A professora Daher, agradeceu aos colegas por terem respeitado os prazos, com poucas exceções, facilmente resolvidas, mas sugeriu que no futuro seja previsto um pouco mais de tempo para eventuais atrasos. Para a fase da prova oral, a banca levou o máximo de candidatos que podia, e as entrevistas foram menos satisfatórias do que o esperado. Novamente, a banca tomou uma decisão política de aprovação de alunos que não foram tão bem na entrevista. Finalmente, a professora Daher avalia que o novo formato é uma grande melhora, mas o resultado não é um cenário feliz. Talvez isto se deva a um universo menor de candidatos, mas isto não é explicação suficiente. A professora Daher disse que enviaria à coordenação do programa um relatório por escrito completo sobre o processo de seleção. O professor Renato Lemos, também membro da banca de seleção de

doutorado, concorda em termos gerais com a professora Daher. Em relação a tornar o projeto mais atraente, só se a prova for anulada, mas aí voltamos ao problema anterior, que levou à adoção do novo formato. Segundo o professor Lemos, talvez este novo formato dê uma noção diferente da demanda real do programa. Ele sugere que talvez seja melhor um outro tipo de prova, um ensaio historiográfico que talvez seja mais interessante do que uma prova quase escolar. A professora Daher pediu um aparte para lembrar que a ideia do ensaio foi uma das primeiras propostas, no desenho inicial do novo formato, e que o colegiado votou contra. O professor Lemos discorda, no entanto, da sugestão da professora Daher de uma valorização maior do projeto, e lembra que as entrevistas refletiram os resultados das provas. E que considera que a prova, possivelmente em formato de ensaio, é mais eficiente para uma real ideia da capacidade intelectual do candidato do que a maior valorização dos pareceres, que, além disto, foram bastante valorizados até na fase final. A professora Lise Sedrez, também membro da banca de seleção de doutorado, pediu a palavra e considerou que, pela sua experiência em participar dos dois tipos de seleção de doutorado, este lhe parece mais justo, com mais tempo para uma avaliação cuidadosa dos projetos. Ela chegou a esta opinião depois de ter se manifestado várias vezes como contrária à prova como forma de seleção em doutorado. A professora Sedrez apoiou a sugestão da professora Daher de que os pareceres dos projetos tenham maior peso para decidir quais os candidatos estão aprovados para fazer a prova oral. O professor Roberto Guedes, também membro da banca de seleção de doutorado, concordou com o relatório da professora Daher, e sugeriu ainda que se considere a possibilidade de fazer a prova escrita digitalizada, para que a letra ruim não influencie a avaliação das provas, cuja correção foi bastante entrecortada. Mas considerou que o problema maior é a formação que estamos dando aos alunos de mestrado, e isto leva aos dilemas enfrentados pela banca. O professor João Fragoso pediu a palavra para pedir que as fichas dos pareceres permitam maior valoração intermediária, ao invés de um simples “habilita” ou “não habilita”, no que foi apoiado pela professora Maria Paula Araújo, que também pediu maior orientação no formulário do parecer, e talvez um sistema de pontuação. O professor Fragoso retomou a palavra, para lembrar que os problemas enfrentados pela banca são recorrentes, e que todos os anos estamos fazendo a mesma coisa. No momento em que se “empurra para frente” um candidato, sem capacidade, está se reproduzindo um profissional ruim. No processo de seleção de doutorado, isto é ainda mais grave por ser o último grau.

Passou-se então a palavra ao professor Antonio Carlos Jucá de Sampaio, para que apresentasse o relatório da banca de seleção de mestrado. Houve 80 candidatos homologados para o mestrado, e foram aprovados 39 na prova escrita. Os projetos aprovados eram muito interessantes e diversificados. Segundo o professor Jucá de Sampaio, a decisão do colegiado, no passado, de que a nota da entrevista e nota da prova são uma nota só cria uma situação ruim, especialmente quando candidato vem de fora do estado do Rio de Janeiro, já que, algumas vezes, o projeto era tão ruim que não poderia ser aprovado de nenhuma forma na entrevista, o que fazia com que o candidato tivesse um gasto inútil, sem sentido. O professor Jucá de Sampaio sugeriu, em nome da banca de mestrado, que sejam novamente separadas as notas da entrevista e projeto. O colegiado decidiu que estas discussões serão retomadas futuramente.

A seguir, a professora Marta Mega, da comissão de bolsas, apresentou os novos parâmetros para o relatório anual discente, a ser entregue em 13 de janeiro, em anexo a esta ata. A professora Mega lembrou da importância do parecer substancial pelo orientador sobre relatório do discente, com todas as justificativas necessárias. A

novidade é que o relatório do discente será feito agora em formulário. A professora Araújo questionou se um novo formulário não burocratiza algo que os alunos já fazem, ao que a professora Mega respondeu que o formulário de fato padroniza os relatórios dos alunos, o que facilita o trabalho da comissão de bolsas, tornando os relatórios mais comparáveis. A representante discente Hendie lembrou que este novo formato é também uma demanda dos próprios alunos, pois é mais transparente e fica mais claro o que eles estão pontuando. A professora confirmou este fato, e assinalou de novo a importância do parecer do orientador para justificar “as ausências,” isto é, qualquer aparente falha no relatório dos discentes. O professor Carlos Ziller lembrou que é importante que os orientadores mandem seus pareceres diretamente para a coordenação do programa, para que não se confundam com o relatório dos alunos. As instruções para o preenchimento do relatório deixam claro para quem os pareceres devem ser enviados, em um endereço de email dedicado para isto. O professor Bretas anunciou que como a professora Luiza Larangeira está se desligando da Comissão de Bolsas, a professora Beatriz Catão a substituirá, enquanto o novo representante discente na comissão é a aluna Aline Barbosa. Seguindo para o próximo ponto de pauta, a introdução de quotas na pós-graduação, o representante discente Jacques Pinto pediu a palavra e apresentou um breve histórico do processo das discussões do tema no PPGHIS, a partir de julho de 2016, inclusive com a criação de uma comissão específica para este fim, composta pelos professores Bretas, Felipe Charbel e Monica Lima, e por ele mesmo Jacques Pinto, e que criou um documento que foi circulado entre os professores. Considerou que cinco meses é tempo suficiente para uma decisão, após amplas discussões, e solicitou que nesta reunião fosse tirada uma decisão final. A seguir, o representante discente Rafael sugeriu um encaminhamento, em que inicialmente se votaria o mérito da questão, e a seguir se discutiria o documento criado pela comissão. Neste momento, o professor William Martins pediu que um membro da comissão que criou o documento resumisse o conteúdo da proposta, visto que ela já circulara há algum tempo, e nem todos os presentes tinham clareza sobre o seu conteúdo. O professor Bretas pediu a palavra para lembrar que o debate tem uma trajetória que é anterior ao discutido no PPGHIS, e que considerou que neste caso cinco meses não são tempo demais, e que um caminho mais calmo é preferível. Certamente considerou que a decisão não deveria ser feita no meio de uma ocupação. Lembrou ainda que as regras, mesmo que aprovado o mérito da questão, não tem que ser definidas imediatamente, mas nos próximos seis meses. O documento criado pela comissão ainda deixa muito espaços abertos para discussão, e não precisa ser discutido ainda nesta reunião. A professora Lima pediu a palavra e lembrou novamente a trajetória da proposta, com uma comissão que se reuniu assim que criada, elaborando uma proposta para ações afirmativas. Considerou que os debates foram ricos, com algumas surpresas para elas, sobre pessoas que manifestaram ter mudado suas posições anteriores. A professora Lima também leu um texto que preparara, sobre a importância, ao seu ver, da aprovação da introdução de quotas pelo PPGHIS. A professora Norma Cortes pediu a palavra para ler a moção aprovada pelo CONSUNI da UFRJ, na sessão de 2 de dezembro de 2016, em que recomenda a aprovação de quotas nos programas de pós-graduação da UFRJ. Seguiu-se então à votação para a introdução de ações afirmativas no PPGHIS. No momento da votação, estavam presentes os professores Marcos Bretas, João Luiz Ribeiro Fragoso, Norma Côrtes, Monica Lima, William Martins, Lise Sedrez, Marta Mega, Maria Paula Araújo, Fernando Castro, Murilo Sebe e os representantes discentes Rafael, Jacques e Hendie, que votaram pela aprovação da proposta. O professor Gusmão, também presente, se absteve de votar. A proposta foi então aprovada

pelo Colegiado. A professora Sedrez, após a votação, declarou que gostaria de saber da composição do corpo discente, quanto à auto-identificação racial, e que considerava isto fundamental para elaborar uma proposta para ações afirmativa. O professor Fragoso lembrou que na proposta a ser elaborada para ações afirmativas que se atentasse quanto à origem das universidades públicas e privados, que representam perfis diferentes a serem contemplados pela ação afirmativa. A seguir, o professor Bretas trouxe para o colegiado a situação do aluno João Fernando de Brito, aluno de doutorado, que por duas vezes foi reprovado em prova de francês, sendo a segunda realizada, a seu pedido, no Rio Grande do Norte. Leu a seguir a carta de Manoela Pedroza, orientadora do aluno, em que solicita que ele seja submetido à prova de língua espanhola, justificando seu pedido pelo tipo de fontes utilizadas pelo aluno, e pelo fato de ter o aluno certificados de cursos de línguas inglesa, espanhola e italiana. O professor Bretas advertiu que este é um problema que pode se repetir, isto é, um aluno que já está no programa e que pode ser desligado por reprovação na prova de línguas. Seguiu-se discussão sobre o caso específico do aluno, em que os professores Fragoso, Sedrez e Martins lembraram a necessidade de seguir o edital no caso do aluno. As professoras Cortes e Araújo questionaram novamente a decisão de não considerar o espanhol como uma das duas línguas estrangeiras para admissão no doutorado. A professora Sedrez, ainda que concorde com não inclusão do espanhol, lembrou que o aluno tinha ainda um certificado de língua italiana, e que os editais de seleção de doutorado deveriam ser mais flexíveis quanto às duas línguas estrangeiras exigidas. No caso específico do aluno, no entanto, a representante discente Hendie lembrou que a sua segunda prova de língua francesa fora realizada fora do PPGHIS. Mesmo que isto tenha sido feito a pedido do aluno, o tipo de prova de línguas exigido pelo PPGHIS é bastante específico, privilegiando a leitura instrumental, e que portanto não deveria ser permitido a realização de prova externa. O colegiado decidiu portanto que, sem desrespeitar o regulamento, deveria ser exigido que em 30 dias o aluno realizasse prova de língua francesa ministrada pelo PPGHIS. O professor Bretas concordou com a decisão, mas pediu que o colegiado repensasse sobre a possibilidade de refazer a prova em duas fases. Em seguida foram aprovadas as defesas de tese de doutorado de Helicarla Niely Batista de Moraes, sob orientação da professora Marieta de Moraes Ferreira, e de Iuri Bauler Pereira, sob orientação do professor Felipe Charbel. Nada mais havendo a tratar, nem quem quisesse fazer uso da palavra, o presidente da sessão encerrou a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que será assinada por mim, Marcos Luiz Bretas, que presidi os trabalhos, e por todos os presentes que assim o desejarem testemunhar.